

“Tradições evanescentes”: A ficcionalização do discurso científico racialista no regionalismo literário brasileiro

Luciana Murari

Abstract. This article examines the assimilation of racial discourse in Brazilian regionalist literature in the first decades of the twentieth century, focusing on the convergence between the discourses of sociology and literary fiction. By virtue of its incorporation into literary plots concerned with describing the practices, attitudes, and ways of life of the poor in the Brazilian backlands, the discourse of the social sciences, transformed into a popularized and diffuse worldview, participated actively in the construction of the image of the people by the country’s intellectual elite. This image, with its stress on the mestizo condition, questioned the racially mixed poor’s ability to adapt to modernity.

Tradições evanescentes

A chamada “geração de 1870” brasileira adotou como programa a superação do pensamento metafísico e da formação filosófica eclética até então predominantes nas instituições de ensino superior do país, em prol da difusão do moderno conhecimento científico. A partir do uso de um instrumental teórico baseado em escolas como o positivismo, o spencerismo, o darwinismo social e a antropologia criminal, esta elite letrada assumiu o grande projeto de reinterpretar o Brasil, não mais a partir da tradição imperial e da continuidade com as origens lusitanas, mas por meio de formulações pretensamente objetivas, fundamentadas na manipulação de teorias explicativas naturalistas,

baseadas no princípio da unicidade entre sociedade e natureza. A definição da identidade nacional passou a ser condicionada pelo olhar científico, que buscava descrever, explicar e, desta forma, transformar o Brasil, de modo a integrá-lo à dita “civilização.”

Apropriado pelos intelectuais como fonte de conceitos e modelos a serem adaptados ao caso brasileiro, o cientificismo europeu acabou por tornar-se uma visão do mundo ampla e imprecisa. A partir do final do século XIX, chegou a atingir inclusive um público de instrução mais limitada, sobretudo nas cidades, condensando-se em torno de alguns conceitos genéricos apreendidos principalmente através de obras de divulgação e da imprensa. Na década de 1880, quando o Realismo-Naturalismo tornou-se o paradigma da produção literária, a ficção passou a convergir decisivamente com o pensamento científico, como campo para a expressão de ideias, representação e significação da realidade. Neste texto, trataremos da ficcionalização de um dos temas maiores do debate da época: a dinâmica racial do povo brasileiro, que, no caso específico da literatura regionalista, tem como cenário as comunidades rurais.

Num momento de grandes inflexões políticas e sociais, notadamente a abolição da escravatura, em 1888, e o advento da república, no ano seguinte, a ciência converteu-se em uma linguagem capaz de conferir à realidade brasileira uma nova inteligibilidade. A perspectiva da *formação*, doravante de longa permanência na vida intelectual do país, implantou-se a partir do exame de seus condicionamentos ambientais e raciais. Embora o chamado determinismo geográfico tenha tido uma repercussão não desprezível como modelo para a interpretação da realidade brasileira, o aspecto racial foi de fato privilegiado, em função da extinção do regime servil e do estímulo à imigração europeia, que impunham a urgência de refletir sobre a presença do negro e sobre a mudança no perfil étnico da população do país. Além disto, a presença dos descendentes indígenas, e de seus mestiços, tornava ainda mais complexo o panorama racial brasileiro.

A obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, publicada em 1902, é um marco da fixação do discurso raciológico entre a intelectualidade brasileira. O autor constrói sua interpretação da guerra de Canudos, ocorrida entre 1896 e 1897, a partir de princípios cientificistas que explicavam a determinação exercida pelas condições geográficas e raciais sobre a dinâmica das sociedades. Sua interpretação do conflito entre a população do Arraial de Canudos e o exército republicano foi, ainda, fortemente influenciada pela psicologia das multidões e pelas teorias criminológicas, subgênero do darwinismo social então bastante

em voga entre a elite letrada brasileira. Euclides da Cunha não se limitou a narrar a guerra, pois buscou elaborar uma leitura científica própria acerca do problema nacional brasileiro, centrada na dualidade entre o “sertão”—termo amplo que designava as regiões insuladas do interior brasileiro—e o “litoral”—definidor das regiões de economia mais dinâmica e dos núcleos urbanos da costa. Esta oposição, fundamentada nas análises geográfica e étnica, traduz, decerto, uma contraposição entre a tradição e a modernidade.

A ruptura da visão unitária da realidade brasileira causou profunda impressão entre os contemporâneos de Euclides da Cunha. Os intelectuais brasileiros assumiram, a partir de então, a tarefa de incorporar estes sertões à cultura nacional, na perspectiva do processo de modernização. Mas o fazem de modo bastante dúbio. Ao mesmo tempo em que recrimina a violência do exército republicano contra a população de Canudos, a obra de Euclides da Cunha implanta a ideia de que sua destruição era inevitável, dado seu atraso cultural, sua instabilidade étnica, e sua decorrente incapacidade de sobreviver ao processo modernizador:

O jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo e o caipira simplório serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas.

Primeiros efeitos de variados cruzamentos, destinavam-se talvez à formação dos princípios imediatos de uma grande raça. Faltou-lhes, porém, uma situação de parada, o equilíbrio, que lhes não permite mais a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século. Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo. (*Os sertões* 85)

Esta “sentença de morte,” verdadeira expressão de um inamovível credo civilizador, resumia o sentimento da elite letrada brasileira acerca das populações rurais do país. O livro de Euclides da Cunha seria lembrado tanto por sua valorização da bravura sertaneja—tributária de uma interpretação racialista em torno da estabilização da mestiçagem—quanto por este sentimento de urgência associado à modernização, que teria como contrapartida a necessidade de registro dos modos de vida tradicionais, puramente brasileiros em sua essência, e pretensamente fadados ao desaparecimento. Por um lado, o interior brasileiro denotava atraso, obscurantismo e resistência ao progresso. Por outro, este mesmo interior era visto como a fonte da originalidade nacional, um “Brasil profundo,” livre da influência corruptora, alienante e dissolvente da cultura moderna. Este dilema nada tinha de especificamente brasileiro, refletindo a percepção do advento da modernidade e a busca da incorporação dos

referentes tradicionais à cultura nacionalista, como patrimônio coletivo enraizado na noção de ancestralidade. A literatura rural escreveu a longa despedida das tradições rurais do país, mantendo o sentimento de dubiedade de *Os sertões*.

A reflexão sobre as populações brasileiras assumiu estas referências básicas estabelecidas por Euclides da Cunha, e teve como meio privilegiado de expressão a literatura ficcional. Para a análise da incorporação do temário racialista à ficção brasileira, abordaremos textos devotados aos tipos humanos característicos de distintas regiões brasileiras: o centro-sul de Monteiro Lobato, o Nordeste de Rodolfo Teófilo, a Amazônia de Alberto Rangel e o pampa gaúcho de Alcides Maya. Saliente-se que o tipo mais característico desta literatura é o mestiço indígena, tido como mais representativo da população interiorana que o negro, em função do menor dinamismo econômico das áreas rurais não incorporadas à economia exportadora.

Raça de caboclo

A mais célebre representação do mestiço de origem indígena na literatura brasileira das primeiras décadas do século XX é, sem dúvida, o Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, criado em 1914. Em registro tragicômico, o escritor fez uma descrição mordaz da figura do homem pobre do centro-sul rural do país, criando um arquétipo que se tornaria uma das mais duradouras representações do homem interiorano na cultura brasileira. Apelando para um tom caricatural que deixa subjacente o conteúdo raciológico, o escritor anotou os principais elementos característicos dos modos de vida da população rural nesta região: o nomadismo, a escassez material, o trabalho esporádico, a existência improvisada, a recusa à criação de animais, a submissão do trabalhador pobre à autoridade dos proprietários, a incapacidade de criação de riquezas, a dependência em relação aos recursos naturais imediatamente disponíveis, a religiosidade rústica e o fundo supersticioso de sua mentalidade.

No que toca ao problema do nomadismo, sabemos que a extrema precariedade das técnicas agrícolas no país, sobretudo a generalizada prática da queimada, promovia um rápido esgotamento da fertilidade do solo, convertendo regiões de floresta em matagais inférteis no espaço de alguns anos, o que forçava as populações a periódicos deslocamentos em busca de novas terras. A condição de infixidez dos homens do campo era ainda determinada pelo cerceamento de seu acesso à propriedade territorial, o que os tornava suscetíveis às imposições dos proprietários, que poderiam expulsá-los das terras às quais se incorporavam. A mobilidade era, ao mesmo tempo, necessária

à criação de alternativas de subsistência, já que sua inserção na agricultura comercial era residual e provisória. Para o escritor, no entanto, o caboclo, mestiço indígena retratado na figura do Jeca Tatu, era “nômade por força de vagos atavismos,”¹ ou seja, seu comportamento era determinado por um traço característico da primitiva cultura do nativo (Lobato, *Urupês* 141).² Mobilizando um dos conceitos-chaves do darwinismo social, o escritor confere ao tipo caipira uma trajetória involutiva, ao revés do progresso, representado pela renovação tecnológica e pelo ingresso do imigrante italiano.

Outro aspecto enfatizado pelo autor em sua caracterização do tipo caboclo é a extrema carência de objetos de conforto e bem-estar material. A rusticidade de sua moradia, precariamente construída a partir de recursos naturais disponíveis, era, de fato, coerente com a curta permanência de seu morador, o que, na visão de Monteiro Lobato, explicava-se, entretanto, pela ausência de disposição para o trabalho e para a acumulação de bens, a “lei do menor esforço.” Lobato não vê na vivência caipira nada que classifique como cultura e, menos ainda, como arte, sendo o caboclo, segundo ele, totalmente insensível à beleza e ao sentimento. “Só ele não fala, não canta, não ri, não ama.” A modinha, canção popular tipicamente brasileira, é tida por ele como “obra do mulato, em cujas veias o sangue recente do europeu, rico de atavismos estéticos, borbulha d’envolta com o sangue selvagem, alegre e são do negro” (155).

Em contraste com esta descrição comparativamente simpática ao tipo mulato, o caboclo de Monteiro Lobato é abordado a partir de uma intrínseca inferioridade física, que pode ser resumida pelo termo “fronteiriço.” No mesmo livro em que veio a público este arquétipo do “Jeca,” ele foi encarnado por duas personagens ficcionais. Um deles é o Urunduva, caboclo “amarelo, inchado, a arrastar a perna” (87). Neste conto, o escritor opõe o aspecto da personagem à grandiosidade da paineira, belíssima árvore que o caipira pretendia vender para que ela fosse derrubada e então extraída sua fibra natural. Num outro conto, o Jeca é representado por João Nunes, caboclo indolente e constantemente bêbado que decide derrubar uma peroba para construir um monjolo e assim melhorar suas condições miseráveis de vida, vencendo o invejado vizinho bem-sucedido. Acaba, entretanto, derrotado em suas pretensões, seja por sua própria incapacidade técnica e despreparo para o trabalho, seja pelo chamado “feitiço do pau”: a superstição sertaneja afirmava que cada floresta tinha uma árvore vingativa que castigava a maldade dos homens que a destruía (52). Mais uma vez, o que define o homem pobre do sertão é seu conflito destrutivo com a grandiosa flora tropical, tida por Monteiro Lobato como em tudo superior ao raquítico homem da região.

O fundo raciológico da criação de Lobato não é, entretanto, explícito, confundindo-se, no caso da personagem Urunduva, com a malária, e, no caso do Nunes, com o vício da embriaguez. Mas se há alguma dúvida acerca disto, num artigo da mesma época o escritor condenava o uso, pela língua escrita, do dialeto do caipira, definido como “resíduo racial que vegeta nos sertões” (“Bibliografia” 638). Entretanto, em 1918, quatro anos depois da criação do Jeca Tatu, Lobato escreveu um artigo em que pedia desculpas a ele. Informado a respeito das endemias que grassavam pelo meio rural brasileiro, passou a defender o saneamento dos sertões, vendo no abatimento do Jeca os sintomas de males físicos perfeitamente curáveis, e não de uma fatalista degeneração racial (“Problema”). A personagem Jeca Tatu continuou sendo, durante muitos anos, uma das mais recorrentes representações do brasileiro, expressando ao mesmo tempo uma visão derrisória do homem do povo e uma afeição difusa por sua inocência e passividade ou, alternativamente, por sua malícia ou esperteza. Ao mesmo tempo, o insucesso das políticas de “salvação nacional” por meio do higienismo e a manutenção de bolsões de miséria no meio rural brasileiro, mesmo em períodos de intensa modernização, mantiveram viva no imaginário brasileiro a imagem do caboclo abatido e indolente.

Um mestiço superior

As secas que atingiram o sertão nordestino nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX foram um objeto privilegiado da literatura de temática rural do período, sob o influxo da onda naturalista. Decerto, o tema darwinista da luta pela vida em um ambiente de recursos escassos adequava-se com perfeição à fórmula realista-naturalista. Muitas das narrativas sobre as secas representam a emigração, em direção às cidades litorâneas ou às regiões mais úmidas do sertão, trajetória de desumanização, de decadência moral e física na luta pela sobrevivência. Em seu romance *O paroara*, o escritor cearense Rodolfo Teófilo narra uma destas histórias de desenraizamento, acompanhando a trajetória do protagonista João das Neves, que se perdera da família durante o êxodo na seca de 1877, e que, já adulto, retorna à casa da família, no Ceará. Na visão do escritor, o próprio fato de haver demonstrado apego à terra de origem, desejar constituir família e fixar-se como pequeno agricultor era um sinal de que ele podia ser definido como um “mestiço superior,” ou seja, aquele cuja constituição física e moral tenderia para a raça branca. De fato, segundo Teófilo, apesar do tipo geral indígena, seriam nele visíveis traços do homem europeu: um tom de pele mais claro, os olhos menos oblíquos, os cabelos mais finos, o

tamanho das mãos e os dedos desiguais. E, sobretudo, “a estas manifestações da raça branca comprovando a lei do atavismo, se juntavam outras psíquicas de não menos valor: João das Neves tinha alma afetiva, era capaz de amar” (*O parovara* 19). Observa-se, neste ponto, a sobreposição entre a caracterização racial da personagem e uma tipificação de ordem moral, o que faz com que a condição de mestiço indígena do protagonista seja parcialmente atenuada, e com que possa ser estabelecida a mínima empatia entre o autor e o protagonista.

As firmes disposições de João das Neves em estabelecer-se como agricultor sedentário foram, entretanto, colocadas à prova por um novo período de seca. Em que pese todo o seu trabalho árduo e disciplinado, a instabilidade climática fê-lo perder toda sua produção, ameaçando a sobrevivência da família. No entanto, depois de ocupar-se por longos capítulos a narrar os ingentes esforços do protagonista para estabelecer-se como agricultor, demonstrando sua incansável luta contra as condições irregulares do meio físico, o escritor não atribui às causas ambientais o fracasso da personagem, e sim à sua constituição racial de mestiço. Em sua visão, não foi a perda da safra, após o sistemático investimento de todos os seus recursos, que conduziu João das Neves a uma trajetória involutiva, da agricultura para a caça e a pesca, e sim seus instintos atávicos, que o impulsionavam a atividades mais coerentes com a índole primitiva.

Nesta mesma linha, a tendência do mestiço indígena à errância explicava, segundo o escritor, a decisão do protagonista de emigrar para a Amazônia, para trabalhar na extração da borracha. De fato, sobretudo a partir da grande seca de 1877, que coincidiu com o início da grande expansão da extração seringueira, afluíram à Amazônia levas significativas de imigrantes nordestinos, provenientes, em sua maioria, dos estados do Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte. João das Neves personifica um destes imigrantes. Na visão do escritor: “O nomadismo da raça vermelha, transmitido por atavismo à população mestiça, a qual constitui talvez quatro quintos dos habitantes do Ceará, é o fator principal do despovoamento da terra cearense. Este instinto de vagabundagem inato no mestiço é alimentado por causas secundárias, entre as quais as secas e as irregularidades das estações ocupam o primeiro lugar” (187). Além disto, como seus conterrâneos, também agricultores pobres, João das Neves ter-se-ia deixado seduzir pela imagem paradisíaca de uma terra de abundância e amenidades, segundo o autor movidos todos pelo desejo do maravilhoso e pela mistificação, próprios aos mestiços.³

Entretanto, ao contrário da maior parte de seus companheiros, que não hesitaram em abandonar suas terras para seguir rumo ao “eldorado,” como “mestiço

superior” João das Neves sentiu “revoltarem-se com a sua ingratidão algumas gotas de sangue de outra raça que não era a vermelha” (214). Ou seja, sua resistência a abandonar a família é lida como manifestação da parcela branca de sua biologia, a única capaz de estabelecer relações afetivas. Apesar desta rebeldia do homem branco que tinha dentro de si, escreve Teófilo, ele seguiu seus instintos e partiu para a Amazônia, onde viveria uma experiência de cruel exploração do trabalho, penúria material, perigo constante e exposição a doenças.

Ao retornar ao Ceará, dois anos depois, desiludido, ainda que dispondo de razoáveis recursos financeiros, João das Neves encontrou a mulher agonizante; os quatro filhos haviam morrido de fome. E a malária, que o torturaria para sempre, era acompanhada pelo remorso de haver abandonado a família, punição moral que o escritor imaginou como forma de, mais uma vez, condenar o que seria o atávico instinto nômade do caboclo. O contrassenso em que recai o romance é patente, ao lançar sobre a população mestiça uma generalizada censura, ignorando suas reais condições de sobrevivência. Isto se torna particularmente descabido em função do dramático pano de fundo da seca e da exploração desumana do trabalho na Amazônia. Rodolfo Teófilo não abandonaria esta perspectiva: em um livro de 1922, imaginou um reino ideal regido pela racionalidade científica, em que um Estado totalitário estava encarregado de ordenar a vida privada, promovendo o aperfeiçoamento da espécie humana (*O reino* 83). O apelo à eugenia, que já havia sido defendida em *O paroara*, duas décadas antes, demonstra a longa duração do pensamento racista, e seus derivados, no Brasil, ao mesmo tempo em que ilustra a centralidade do argumento racial, que se impõe a todas as demais ordens de fatores, mesmo que às custas da mínima coerência narrativa.

A terra prometida às raças superiores

A borracha consolidou-se, nos últimos decênios do século XIX, como um dos principais insumos da indústria moderna, sendo a Amazônia o único fornecedor do mercado mundial até a primeira década do século XX, o que representou sua inserção no capitalismo internacional. Este foi um dos mais conturbados períodos de sua história, sem ter havido, entretanto, qualquer alteração substantiva em sua estrutura de produção e comercialização (Weinstein, *A borracha na Amazônia* 91). A viagem de João das Neves, protagonista da obra de Rodolfo Teófilo, para a Amazônia remete às expressivas levas de trabalhadores que acorriam à região em busca de trabalho, em função das secas que atingiam o Nordeste brasileiro.

O desconhecimento da realidade amazônica não permitiu a Teófilo, entretanto, uma narração mais apurada da experiência da personagem naquela região. O ficcionista amazônico mais notável do período foi Alberto Rangel, engenheiro que conhecia profundamente a Amazônia e que foi capaz de converter em enredos literários os seus conflitos. Na coletânea de contos *Inferno verde*, publicada em 1908, estes dramas humanos traduziam uma conturbada dinâmica racial, na qual descendentes dos indígenas nativos, imigrantes do Nordeste brasileiro atingido pelas secas, brancos, negros e mestiços de todos os matizes lutavam entre si e contra o meio físico que, por sua exuberância e instabilidade, impunha os mais dolorosos obstáculos à conquista do território.

Na visão de Rangel, o caboclo exerceria neste contexto uma função de equilíbrio, por sua excepcional capacidade de extrair da floresta os meios de sobrevivência, e por sua obstinação em resistir aos desastres naturais característicos da região. Sua visão do tipo local é positiva, especialmente por sua permanência no meio de origem e por seu “caráter reservado, onde paira certa tristeza de exilado na própria pátria,” na qual atuava como um “moderador feliz e inabalável” frente aos elementos adventícios que buscavam o “eldorado” da borracha (*Inferno verde* 45). Os contos amazônicos de Alberto Rangel são a expressão ficcional e pedagógica de uma concepção ampla acerca do momento histórico em curso e do futuro da região, escrevendo a luta do homem contra o meio, mas negando a ele qualquer protagonismo na condução de seu destino. Suas personagens são caracteristicamente malfadadas em sua resistência contra os incontáveis obstáculos impostos pela natureza, sobretudo a exuberância das formas de vida e a fertilidade “excessiva” da terra. Estas submetiam o trabalhador ao esforço incansável de conter o avanço da floresta, que rapidamente retomava os espaços abertos pelas pequenas colônias de trabalhadores agrícolas.

Neste sentido, são dadas como simbólicas trajetórias ficcionais como a do caboclo José Cordulo: trabalhador diligente e disciplinado, em um raro momento de descanso, vai com a família a uma festa nas redondezas da colônia em que vivia, mas quando retorna para casa não é mais capaz de reconhecer seu próprio terreno. Remando pelo rio, ao chegar ao espaço onde deveria estar seu porto, não encontra mais nada de seu, embora reconhecesse sem hesitação o lugar onde havia construído sua moradia, estabelecido sua plantação e sua criação de animais. Ele havia sido vítima da “terra caída,” fenômeno da dissolução da terra nas águas dos rios, que naquele momento haviam engolfado o resultado de cinco anos de labor constante. Isto demonstrava,

na visão do escritor, que não havia, na Amazônia, base sólida para a criação de uma sociedade baseada no trabalho regular e sedentário, superior sempre a força da natureza aos esforços do homem, mesmo os mais heroicos como os da personagem do conto. A conclusão a que conduz a narrativa volta-se, assim, para o elogio da inglória obstinação do mestiço amazônico:

No dia seguinte, o sol nado, a vítima era um vencedor. O caboclo rodeado da mulher e dos filhos, plantava no chão, ao alto da 'terra caída', o esteio de sua nova habitação. Esse pau, colhido por ele na queimada rodeante, era um pendão de triunfo. A terra podia desaparecer, o caboclo ficava. Acima das convulsões da natureza, acima da fraqueza da terra, estava a alma do nativo com tranqüilidade e fortaleza. (91)

Logo, em sua luta de "Sísifo invertido," o caboclo da ficção de Alberto Rangel é um elemento diminuto no cosmos amazônico, onde o equilíbrio natural necessariamente seria restabelecido, mas independentemente do homem. Ao lado do mestiço nativo, destacam-se em seus contos os nordestinos, como o João das Neves do livro de Rodolfo Teófilo, que abandonavam a região das secas para buscar a sobrevivência na Amazônia. Lembre-se que, além da luta inglória contra o meio, os homens recrutados para o trabalho nos seringais tinham que lutar contra o sistema social opressivo que os condenava a uma condição de semiescavidão, num contexto de completa ausência de instituições legais que representassem um efetivo limite à violência de uma sociedade convulsa, instabilizada pelos heterogêneos elementos que acorriam a ela e pelo que o escritor define como "o resultado dos interesses do Capital que instituíra a sua própria defesa" (Rangel, *Inferno verde* 202).

É sobre este pano de fundo que se ficcionalizam destinos trágicos como o de Sabino, que troca sua mulher, a cabocla Maibi, pelo saldo da dívida que o prendia ao patrão, mas, enlouquecido de ciúme, termina por sacrificá-la, amarrada a uma seringueira e sangrada como se sangrava a árvore para a extração do látex. O martírio da cabocla expressa, aqui, não apenas a incapacidade do mestiço de dominar suas paixões, como a loucura coletiva da bárbara indústria da borracha.

Estes tipos étnicos, o mestiço nativo da Amazônia e o mestiço egresso do Nordeste, estariam, entretanto, como os demais tipos regionais brasileiros, condenados ao aniquilamento. Isto porque, segundo Rangel, o brasileiro estaria destinado a constituir, um dia, um único tipo racial, fruto da fusão de elementos distintos capaz de produzir, a partir da condição predominante de

desordem e instabilidade, o equilíbrio etnológico capaz de fundir, “num só corpo,” estas tendências discrepantes, deixando de ser “um desfalecido meio para o trânsito transfusivo de raças” (*Inferno verde* 48). Afinal, na visão do escritor, a Amazônia era o destino da civilização, “terra prometida às raças superiores, tonificadoras, vigorosas, dotadas de firmeza, inteligência e providas de dinheiro” (281). A realidade presente era, portanto, apenas um provisorio momento de luta e morte, necessário para o saneamento do território, a imposição da agricultura sobre o solo da floresta, e o estabelecimento de uma urbe onde naquele momento apenas havia o acampamento dos conquistadores. Necessária se mostrava também, conseqüentemente, aquela população instável e mestiça que ganhava para os futuros donos do território, as “raças superiores,” o domínio sobre a terra. O vigor físico, os dons morais da obstinação e do amor à terra não sobreviveriam, na visão do escritor, senão residualmente, à medida que incorporados, e assim anulados, por tipos tidos como mais fortes, caracterizados como portadores da civilização.

Restos de velhas raças

A ideia da iminente extinção das etnias mestiças do interior brasileiro foi traduzida para o ambiente social do Rio Grande do Sul pelo romance *Ruínas vivas*, de Alcides Maya, publicado em 1910. As peculiaridades históricas do estado em parte explicam o tema do romance: localizado no extremo meridional do país, o Rio Grande do Sul viu-se, desde sua formação, envolvido em disputas de fronteira, inicialmente em função do estabelecimento dos limites entre as possessões territoriais de Portugal e Espanha; no Brasil independente, imiscuiu-se nos conflitos da região platina, tornando-se a província mais militarizada do país. Além disto, sustentou por dez anos, de 1835 a 1845, o mais longo movimento revolucionário da história brasileira, em defesa de seus interesses políticos e comerciais, e uma sangrenta guerra civil, no início do período republicano, entre suas duas grandes facções políticas, de 1893 a 1895. Esta longa história bélica, que peculiarizou o Rio Grande do Sul no conjunto dos estados brasileiros, foi sustentada pela cooptação das camadas rurais pobres, que atuavam no trabalho das estâncias, nos períodos de paz, e como soldados nos períodos de guerra.

O autor de *Ruínas vivas* concebeu o romance como uma ilustração de que esta tradição belicosa estaria destinada a extinguir-se, condição necessária à integração das forças sociais do estado e à sua modernização. A mentalidade marcial desviaria o Rio Grande do Sul de uma desejada trajetória progressista, ao

mesmo tempo em que atrasaria seu desenvolvimento institucional. Estas ideias, expressão de uma intensa militância político-partidária, foram traduzidas, no romance, de acordo com a linguagem racialista, defendendo-se que a etnia gaúchesca que havia sustentado a história bélica do estado degradava-se, marginalizada em um sistema produtivo ineficiente marcado pela extrema concentração da propriedade, não restando a ela qualquer espaço no futuro do estado. Este futuro seria construído pelo fortalecimento das instituições, pela criação de uma infraestrutura produtiva atualizada e pela educação das classes populares.

O protagonista de *Ruínas vivas* é o mestiço Miguelito, neto de uma índia e de um velho guerreador dos tempos heroicos da história do estado, por parte de mãe, e, por parte de pai, filho natural renegado de um rico herdeiro das tradicionais elites brancas. A descrição do caráter de Miguelito é construída a partir dos princípios da ciência raciológica, sendo sua natureza de mestiço definida como anárquica por essência e desprovida de controles morais, conduzida apenas pela imposição da força. Por atavismo, guardaria vivos os instintos bélicos que teriam marcado a formação do tipo gaúcho, guerreiro por índole e por impulso, e não pela luta por qualquer causa abstrata. Fiel às noções evolucionistas que associavam o homem primitivo à prática da caça, o escritor descreve seu protagonista como um caçador espontâneo, dotado de “uma intensa animalidade primeva” (*Ruínas vivas* 43). A barbárie do homem miscigenado, associada ao comportamento animal, é uma imagem recorrente na construção de uma personagem caracterizada pela manifestação descontrolada dos instintos, embora não fosse negada a Miguelito uma certa capacidade de compreensão do mundo e de interpretação de sua condição de vida: “Ao turvamento do espírito correspondiam desordens fisionômicas alarmantes: dominavam-lhe a alma, de roldão, impulsos contraditórios e sensações divergentes; no auge da comoção sobrepujava a cólera; o fâcias envelhecia; apagava-se-lhe no olhar esfuriado a cintila adolescente; e arremangava ligeiramente os lábios, como para morder...” (57).

Na visão do autor, o sangue indígena do protagonista o conduzia também ao nomadismo, à dificuldade de aceitação do trabalho rotineiro, à instância do espírito, aventureiro e imprevidente, apesar de sua habilidade inata nas práticas campeiras, inspiradas pela herança do nativo. Até aí o escritor estaria apenas reproduzindo princípios etnológicos vulgarizados acerca da selvageria latente no homem miscigenado, não fosse o protagonista do romance também um descendente da elite estancieira, não apenas uma elite branca, mas uma elite dotada pelo autor de traços aristocráticos, caracterizada pelo

“instinto doméstico de predomínio, força de seu grupo étnico” (82). Temos, portanto, na personagem, um mestiço que “também pertencia à raça dos fortes, corria-lhe também nas veias o sangue dos autoritários” (159). Se, por um lado, esta hibridez selvagem-aristocrata o colocava “acima da instintiva *besta* forte de prazer, de coragem e de destruição,” tornando-o capaz de comportamentos nobres, por outro lado sua ambição congênita de superioridade, seu desejo de força e de poder, fazia dele um pária entre os demais mestiços, com os quais não se identificava plenamente:

Existia nele, contudo, um elemento qualquer de ideação, latente, ínsito, profundo, que faltava aos demais da sua idade e igualha: era diferente dos que o cercavam e, embora não tivessem a noção dessa dessemelhança, destacava-se de todos no pago por motivo dela. Arrebatado, violento, encruelecido na solidão nativa pela inclemência pastoril, desenvolvera em si mesmo, naturalmente, faculdades de sonho, revelando por vezes delicadezas de sentimento, mostrando-se generoso, capaz de pequenos sacrifícios, amável de trato. (24–25)

Esta peculiar caracterização etnológica do protagonista conduz o escritor a considerá-lo duplamente inviável, em função das “duas intuições que o turbavam, as duas personalidades que o dividiam” (173): como mestiço indígena tipicamente gauchesco, era parte de uma etnia fadada ao desaparecimento, pela emergência de uma sociedade moderna em que o guerreador perderia seu espaço; e, como mestiço branco, descendente das autoritárias elites sulinas, havia sido renegado por elas como filho ilegítimo. O romance encena, na extinção do tipo guerreiro, o fim do ciclo bélico no Rio Grande do Sul, negando ao homem pobre do campo o espaço tradicionalmente dedicado a ele. No entanto, por trás do aparente pessimismo do escritor, que só vê restos, “de velhas crenças, de velhas construções, de velhas raças,” existe também a exigência de um novo modelo de incorporação das classes pobres, cuja condição de miséria e marginalização é denunciada (175). O racismo adotado pelo escritor turva, entretanto, a expressão desde espírito de crítica política que faz de *Ruínas vivas*, de qualquer modo, um precursor do “romance social” na literatura brasileira.

Etnografia e autobiografia

A adoção do paradigma científico racista, que vimos aqui como estrutura teórica de um discurso de inferiorização do homem do campo, ficcionalizado pela literatura regionalista brasileira, é apenas um capítulo do que poderíamos

chamar, de acordo com as ideias de Walter Mignolo, “a construção ideológica do racismo” (*La idea de América Latina* 40). De acordo com as ideias do autor, o pensamento racista hierarquizou a humanidade, estabelecendo a hegemonia do poder europeu sobre os povos coloniais, definida não apenas pela detenção do poderio político, econômico e tecnológico, mas sobretudo pelo controle das formas de pensar o mundo, e que classificavam a humanidade a partir de um modelo ideal. Para nossos objetivos, o mais importante é observar o que o autor chama de “estruturas de colonialismo *interno* do mundo moderno colonial” (71), qual seja, a transferência deste modelo de enunciação para a construção do discurso das elites da América, o que consistiu, basicamente, em implantar e manter a perspectiva hierárquica do pensamento europeu, capaz de conduzir à “marginalização e desumanização” dos povos indígenas, negros e orientais (73). Ainda que inferiorizadas pelas matrizes europeias, após sua autonomização política, as elites latino-americanas construíram uma nova autoimagem, tomando posse do discurso colonial europeu, e assim relegando as populações locais à condição de inferioridade racial que endossava sua condição de submissão política. O estabelecimento do paradigma científico deu impulso a essas concepções, à medida que naturalizou os dados da cultura, da moral e da história, estabelecendo o domínio da biologia como a medida das potencialidades humanas.

No caso brasileiro, ao menos, a flexibilidade das posições de poder na sociedade escravista e pós-escravista tornou bastante complexa e vacilante esta hierarquização social, mas, grosso modo, reproduziu o discurso racista que aqui vimos dramatizado pela literatura de ficção rural, proclamando seus lugares-comuns: a indolência, a indiferença à vida e à morte, a incapacidade de estabelecer vínculos afetivos, a tendências nômades, a instabilidade emocional, a dependência e a pertinência em relação ao mundo da natureza, a instintividade animalesca e, sobretudo, a ausência de possibilidades de futuro, por sua incapacidade de adaptação à modernidade, o que representaria, afinal, a aniquilação desses tipos humanos primitivos, “tradições evanescentes.” Na maior parte dos casos, contudo, devemos, por outro lado, atentar para a complexidade desta produção cultural devotada à representação das sociedades rurais, uma vez que, frequentemente, esta expressão etnológica da diferença sobre põe-se ao próprio esforço de incorporação das peculiaridades locais e regionais à cultura hegemônica e, acima de tudo, de formação de um espaço de representação da experiência capaz de promover a negociação, o diálogo e o intercâmbio entre o popular e o erudito, em dicção autobiográfica

capaz de revelar o trânsito entre o rural e o urbano, e promover a negociação entre a tradição e a modernidade. Além de expressão do discurso racialista, esta literatura foi muitas vezes também, paradoxalmente, o espelho através do qual a cultura brasileira olhou para si mesma, consagrando identidades sociais incorporadas ao patrimônio coletivo.

Notes

¹ O conceito de atavismo diz respeito à manifestação, nos tipos humanos degenerados, de comportamentos característicos do homem primitivo, como um tipo de retorno às fases primitivas da evolução da espécie. Uma frase de Maya ilustra esta concepção, ao descrever os sentimentos violentos de Miguelito como “algo de alheio, de anterior a ele, de sobrevivente nele” (*Ruínas vivas* 173).

² Apesar de possuir origem racial, o termo “caboclo,” mestiço de branco e indígena, descolou-se paulatinamente de seu sentido estrito, adquirindo significados predominantemente culturais, ao designar os participantes dos modos de vida característicos do interior brasileiro, na região centro-sul, tornando-se assim similar ao termo “caipira.”

³ O termo “paroara” designa o imigrante contratado pelos produtores para retornar ao Nordeste e recrutar novas levas de trabalhadores para a Amazônia, por meio de um discurso do enriquecimento fácil e do elogio à abundância amazônica.

Obras Citadas

- Cunha, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Brasiliense, [1907] 1982. Impresso.
- Lobato, Monteiro. “Bibliografia. Meu sertão. Catullo da paixão cearense.” *Revista do Brasil* 4 (1918): 638–639. Impresso.
- . “Problema vital.” *Mr. Slang e o Brasil e problema vital*. São Paulo: Brasiliense, [1918] 1946. 221–340. Impresso.
- . *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, [1918] 1982. Impresso.
- Maya, Alcides. *Ruínas vivas*. Porto Alegre: Movimento; Editora UFSM, [1910] 2002. Impresso.
- Mignolo, Walter. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Trad. Sílvia Jawerbaum e Julieta Barba. Barcelona: Gedisa, 2007. Impresso.
- Rangel, Alberto. *Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas*. Tours: Arrault, [1908] 1927. Impresso.
- Teófilo, Rodolfo. *O paroara*. Ceará: Louis Cholowiecki, 1899. Impresso.
- . *O Reino de Kiato*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1922. Impresso.
- Weinstein, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850–1920)*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec, 1993. Impresso.

Luciana Murari is a professor in the graduate program in Literature, Culture, and Regionalism at the University of Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brazil. She holds a PhD in social history from the University of São Paulo (2002) and has published the monographs *Brasil, ficção geográfica. Ciência e nacionalidade no país d'Os sertões* (2007) and *Natureza e cultura no Brasil 1870–1922* (2009), as well as many articles, including “O espírito da terra: a teoria da cultura brasileira de Araripe Jr.” (*Luso-Brazilian Review* 2007). She is currently researching the political bias of regionalist literature in Brazil's First Republic, as evidenced in the works of writers from Rio Grande do Sul. Email: lmurari@hotmail.com